

Concurso Público

Tendente à celebração de contrato de aquisição de serviços de seguro de acidentes de trabalho e seguro de saúde para a ARDITI

Ref. n.º CP 01/ARDITI/2024

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Artigo 1.º | 4 |
| Identificação do concurso | 4 |
| Artigo 2.º | 4 |
| Entidade Adjudicante..... | 4 |
| Artigo 3.º | 4 |
| Fundamento da escolha do procedimento..... | 4 |
| Artigo 4.º | 4 |
| Órgão que tomou a decisão de contratar..... | 4 |
| Artigo 5.º | 4 |
| Júri do Concurso | 4 |
| Artigo 6.º | 5 |
| Peças do Concurso..... | 5 |
| Artigo 7.º | 5 |
| Plataforma eletrónica e consulta das peças do Concurso | 5 |
| Artigo 8.º | 5 |
| Esclarecimentos, retificações e erros e omissões das peças do procedimento | 5 |
| Artigo 9.º | 6 |
| Concorrentes..... | 6 |
| Artigo 10.º | 6 |
| Modalidade jurídica de agrupamento adjudicatário..... | 6 |
| Artigo 11.º | 7 |
| Impedimentos | 7 |
| Artigo 12.º | 7 |
| Modo e prazo para apresentação de propostas | 7 |
| Artigo 13.º | 7 |
| Prazo de manutenção das propostas | 7 |
| Artigo 14.º | 8 |
| Documentos da proposta..... | 8 |
| Artigo 15.º | 8 |
| Idioma dos documentos da proposta | 8 |
| Artigo 16.º | 9 |
| Propostas variantes ou parciais..... | 9 |
| Artigo 17.º | 9 |
| Critério de adjudicação | 9 |
| Artigo 18.º | 9 |
| Adjudicação de propostas por Lotes..... | 9 |
| Artigo 19.º | 10 |
| Relatório preliminar | 10 |
| Artigo 20.º | 10 |
| Audiência prévia | 10 |
| Artigo 21.º | 10 |
| Relatório final | 10 |
| Artigo 22.º | 10 |
| Adjudicação..... | 10 |
| Artigo 23.º | 11 |
| Documentos de habilitação..... | 11 |
| Artigo 24.º | 12 |
| Leilão eletrónico | 12 |
| Artigo 25.º | 12 |

| | |
|----------------------------------|----|
| Celebração do contrato..... | 12 |
| <i>Artigo 26.º</i> | 13 |
| Proteção de dados pessoais | 13 |
| <i>Artigo 27.º</i> | 14 |
| Legislação aplicável..... | 14 |



Artigo 1.º

Identificação do concurso

O presente concurso público (“Concurso”) tem por objeto a adjudicação de uma proposta para celebração de um contrato de aquisição de serviços de seguro de acidentes de trabalho e seguro de saúde para a ARDITI.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação - Associação, adiante designada por ARDITI ou Entidade Adjudicante, NIPC 511060408, com sede no Edifício Madeira Tecnopolo, Piso 2, Caminho da Penteada, 9020-105 Funchal, telefone 291 721 220 e endereço eletrónico arditi@arditi.pt.

Artigo 3.º

Fundamento da escolha do procedimento

O presente procedimento segue a forma de Concurso Público, sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, e foi adotado ao abrigo do disposto nas alíneas c) do n.º 1 e e) do n.º 2, ambos, do artigo 16.º, alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e artigos 130.º e seguintes, o qual foi elaborado em função do valor do contrato, nos termos do preceituado no artigo 18.º, todos, do Código dos Contratos Públicos (doravante designado abreviadamente por CCP).

Artigo 4.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da ARDITI, no dia 29 de novembro de 2024, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º do CCP e da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M, de 29 de julho, após a autorização prévia de Sua Ex.ª o Secretário Regional da Educação, Ciência e Tecnologia, através do seu despacho datado de 26 de maio de 2024, emitida nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M, de 29 de julho.

Artigo 5.º

Júri do Concurso

1. O Concurso será conduzido por um júri, composto, em número ímpar, por três membros efetivos, um dos quais preside e dois são suplentes.

2. É subdelegada no júri a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito do procedimento, com exceção da competência para a retificação das peças do procedimento, a decisão sobre erros ou omissões identificadas pelos interessados e a decisão de adjudicação.

Artigo 6.º

Peças do Concurso

1. As peças do Concurso são as seguintes:
 - a) Anúncio publicado no Diário da República;
 - b) Programa do Procedimento e seus anexos;
 - c) Caderno de encargos e seus anexos.
2. Os Anexos ao programa do Procedimento são os seguintes:
 - d) Anexo I-M;
 - e) Anexo II-M;
 - f) Anexo III;
 - g) Anexo IV.

Artigo 7.º

Plataforma eletrónica e consulta das peças do Concurso

1. O presente Concurso é tramitado na plataforma eletrónica AcinGOV, disponível no seguinte acesso: <http://www.acingov.pt>.
2. As peças do Concurso são integralmente disponibilizadas, de forma completa e gratuita, na plataforma eletrónica de contratação pública indicada no número anterior, devendo cada interessado, para o efeito, efetuar nela o respetivo registo, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 8.º

Esclarecimentos, retificações e erros e omissões das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser pedidos pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGOV, até às 23h59 do dia em que terminar o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a contar da data do envio do anúncio para publicação.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados, pelo júri do Concurso, por escrito, até às 23h59 do dia em que terminar o segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3. No mesmo prazo referido no número 1 do presente artigo podem os interessados apresentar uma lista na qual indiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões das peças do Concurso identificados pelos interessados até às 23h59 do dia em que terminar o segundo terço do prazo para apresentação das propostas.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no número anterior, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGOV e juntos às peças do Concurso que se encontram patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
7. Os esclarecimentos e as retificações, referidos nos números anteriores, fazem parte integrante das peças do Concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9.º

Concorrentes

1. As propostas podem ser apresentadas por pessoas singulares ou por pessoas coletivas.
2. Podem ainda apresentar propostas agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Em caso de agrupamento concorrente, deve o mesmo adotar uma designação conjunta, sendo designado um representante comum do agrupamento para todos os efeitos procedimentais.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes isoladamente no mesmo Concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

Artigo 10.º

Modalidade jurídica de agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 11.º

Impedimentos

1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento concorrente as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
2. O disposto no número anterior não prejudica a aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 55.º e no artigo 55.º-A, ambos do CCP.

Artigo 12.º

Modo e prazo para apresentação de propostas

1. As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt> até às 23h59m do 12.º (décimo segundo) dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.
2. Devem ser cumpridas as obrigações legais relacionadas com a apresentação de propostas, que constam do CCP e da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. A proposta e os respetivos documentos consideram-se apresentados quando o concorrente finaliza o processo de submissão da totalidade dos documentos, nos termos do disposto no artigo 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a mera assinatura eletrónica de ficheiros “zip.” ou equivalentes, que contenham vários documentos eletrónicos, não será admissível, devendo tais documentos ser individualmente assinados nos termos referidos nos números anteriores.
6. Os documentos constitutivos da proposta não podem conter emendas, rasuras ou alterações, salvo se do contexto for possível extrair em termos inequívocos a vontade declarada nos mesmos pelo respetivo autor.
7. O prazo para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

Artigo 13.º

Prazo de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 120 (cento e vinte) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 14.º

Documentos da proposta

1. As propostas são constituídas pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o **Anexo I-M** nos termos do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14.08 na sua versão atual e alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP com observância das formalidades previstas, conforme o caso, nos n. 4 ou 5 deste artigo;
 - b) **Proposta de preço**, em conformidade com o formulário da proposta que consta do **Anexo III**, ao presente programa do procedimento, para o Lote 1;
 - c) **Proposta de preço**, em conformidade com o formulário da proposta que consta do **Anexo IV**, ao presente programa do procedimento, para o Lote 2;
 - d) Uma reprodução da **certidão permanente** atualizada do concorrente ou de todos os membros do agrupamento concorrente.
2. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos, no máximo até à segunda casa decimal, e não acrescem o imposto sobre o valor acrescentado, em virtude da prestação de serviço em causa estar isenta, conforme disposto no n.º 28 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).
3. Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados por quem tenha poderes para vincular o concorrente, devendo ser feita prova desses poderes quando eles não resultem da certidão permanente da sociedade, designadamente, através da junção de procuração, com exceção dos casos em que o certificado digital utilizado permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.
4. Quando, a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos da proposta devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 15.º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, se pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 16.º

Propostas variantes ou parciais

Não é admissível a apresentação de propostas variantes ou parciais.

Artigo 17.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada de acordo com a proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade monofator, designadamente o preço, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. Em caso de empate será efetuado um sorteio com a presença dos representantes dos concorrentes empatados e membros do júri, nos termos que se seguem:
 - a) A data, hora e local do ato público do sorteio das propostas, é comunicada a todos os concorrentes por escrito com uma antecedência mínima de 3 dias;
 - b) Ao ato público do sorteio, pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os representantes dos concorrentes empatados e membros do júri;
 - c) O júri escreve o nome de cada concorrente cuja proposta tenha ficado empatada num papel, que é dobrado e inserido num recipiente opaco;
 - d) Depois de devidamente misturados, vencerá o 1º nome a ser retirado pelo júri;
 - e) No final do sorteio é elaborada uma ata assinada por todos os presentes.

Artigo 18.º

Adjudicação de propostas por Lotes

1. No presente procedimento encontra-se prevista a adjudicação por lotes, nos termos do número 1 do artigo 46.º-A do CCP, sendo os lotes os seguintes:
 - a. Lote 1 – Seguro de Acidentes de Trabalho;
 - b. Lote 2 – Seguro de Saúde.
2. Cumpridas as formalidades referidas nos artigos anteriores, a Entidade Adjudicante procede à adjudicação, lote a lote, das propostas ordenadas em primeiro lugar por cada lote.
3. Os concorrentes poderão concorrer a todos os lotes, não existindo limite de lotes a adjudicar a cada concorrente.

4. A cada lote corresponderá um contrato, sendo estes independentes entre si após o momento da sua celebração.

Artigo 19.º

Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das propostas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma causa de exclusão nos termos previstos no CCP e nas peças do procedimento.

Artigo 20.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 dias úteis.

Artigo 21.º

Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

Artigo 22.º

Adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de adjudicação que é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é ainda notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 81.º do CCP e no artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14.08, e n.º 2 do artigo 2º da Portaria n.º 372/2017, de 14.02, identificados no artigo 23.º do presente Programa, **no prazo de 5 dias úteis;**
 - b) Se pronunciar sobre a minuta de contrato, **no prazo de 5 dias úteis;**
 - c) Comprovar a associação dos membros do agrupamento concorrente na modalidade jurídica prevista no artigo 10.º do presente Programa, se aplicável.

Artigo 23.º

Documentos de habilitação

1. No prazo de 5 dias úteis, a contar da notificação da adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>:
 - a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II-M** ao presente Programa (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14.08);
 - b) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Certificado de registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, que comprove a não condenação por sentença transitada em julgado por algum dos crimes previstos nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, ou, em caso tenha havido condenação, de que já ocorreu a sua reabilitação;
 - e) Documento comprovativo da submissão da declaração efetuada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), nos termos do disposto nos artigos 37.º e 38.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na redação atual, ou documento equivalente emitido no Estado em que seja nacional ou em que se situe o seu estabelecimento principal, sempre que ao mesmo esteja vinculado;
 - f) Declaração, nos termos do n.º 8, do artigo 81.º do CCP, emitida pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, comprovativa de que é titular das autorizações para o exercício da atividade seguradora nos ramos de seguro a concurso e para os quais apresenta proposta.
2. O adjudicatário está ainda obrigado a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, apresentando, em relação ao último exercício económico disponível, os seguintes documentos:
 - a) Última Declaração de Rendimentos (modelo 3 ou modelo 22), este último acompanhado do Anexo C, caso o Adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
 - b) Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10) e DMR;
 - c) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
 - d) Anexo R da última declaração periódica do IVA.

3. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos previstos nos números anteriores devem ser apresentados relativamente a cada um dos seus membros.
4. O adjudicatário que considere não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira deve apresentar declaração, sob compromisso de honra, subscrita por quem o obriga, referindo expressamente essa situação.
5. Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deve apresentar a identificação completa da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato (identificação, contactos e moradas), com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito.
6. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou língua inglesa, salvo quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em outra língua estrangeira, caso em que o adjudicatário deve fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
7. Quando os documentos de habilitação se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
8. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
9. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta ou suprimento das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 3 (três) dias úteis, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 24.º

Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 25.º

Celebração do contrato

1. A outorga do contrato terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;



- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Prestada a caução, quando esta for devida;
 - d) Confirmados, se for caso disso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
2. O clausulado do contrato, em suporte informático, é assinado através da aposição de assinaturas eletrónicas.

Artigo 26.º

Proteção de dados pessoais

1. Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alíneas b) e c) do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento de formação de contrato e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante se encontra adstrita, esta poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.
2. Os concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável.
3. Os concorrentes têm o direito, em qualquer altura, a solicitar à entidade adjudicante, através de mensagem de correio eletrónico para arditi@arditi.pt o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.
4. Os dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados no prazo de 4 anos, salvo exista obrigação legal ou contratual que justifique a conservação por prazo superior.

Artigo 27.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se o regime previsto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação portuguesa aplicável.



ANEXO I-M

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) ...
 - b) ...
- 3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
- 5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II-M

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III

Formulário de Proposta de Preço

(a que se refere a alínea b) do artigo 16.º do Programa do Procedimento)

Lote 1 – Seguro de Acidente de Trabalho

..... (identificação do representante legal do concorrente), na qualidade de (qualidade em que subscreve a declaração) de (identificação da sociedade ou agrupamento), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de Concurso Público, a que se refere o anúncio datado de [.....], com vista à Aquisição de Seguros de Acidentes de Trabalho e Seguros de Saúde, por parte do ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação - Associação, declara(m) que a sua representada se obriga a cumpri-lo integralmente em conformidade com o programa do procedimento e o caderno de encargos, pelo preço contratual total de € [...] (por extenso), a que correspondem os seguintes preços anuais:

| | 1.ª apólice de seguro | 2.ª apólice de seguro | 3.ª apólice de seguro | Preço total (36 meses) |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|
| <i>Estimativa da Massa Salarial</i> | € 2.497.447,82 | € 2.622.320,21 | € 2.753.436,22 | ----- |
| <i>Preço Anual* (12 meses)</i> | € | € | € | € |

**As quantias supra mencionadas não acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado, em virtude da prestação de serviço em causar estar isenta, conforme n.º 28 do artigo 9.º do CIVA.*

[Local, data e assinatura].

Assinatura nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO IV

Formulário de Proposta de Preço

(a que se refere a alínea c) do artigo 16.º do Programa do Procedimento)

Lote 2 – Seguro de Saúde

..... (identificação do representante legal do concorrente), na qualidade de (qualidade em que subscreve a declaração) de (identificação da sociedade ou agrupamento), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de Concurso Público, a que se refere o anúncio datado de [...], com vista à Aquisição de Seguros de Acidentes de Trabalho e Seguros de Saúde, por parte do ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação - Associação, declara(m) que a sua representada se obriga a cumpri-lo integralmente em conformidade com o programa do procedimento e o caderno de encargos, pelo preço contratual total de € [...] (por extenso), a que correspondem os seguintes preços anuais:

| | 1.ª apólice de seguro | 2.ª apólice de seguro | 3.ª apólice de seguro | Preço total (36 meses) |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|
| <i>Estimativa de Pessoas Seguras</i> | 52 | 57 | 62 | ----- |
| <i>Preço Anual* (12 meses)</i> | € | € | € | € |

**As quantias supra mencionadas não acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado, em virtude da prestação de serviço em causar estar isenta, conforme n.º 28 do artigo 9.º do CIVA.*

[Local, data e assinatura].

Assinatura nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.

